
MUQUIFU: geografia da fé e sacralidade do território na resistência identitária

*Maria Alice Arrais Pereira
Fabricio Ziviani*

Resumo

O Museu de Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU) localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, estabeleceu sua missão em torno de resgatar fontes históricas, promover narrativas da memória coletiva, disputar o significado do território no qual está inserido e servir de centro de valorização da identidade negra e favelada. Esse processo nasceu da angústia da população afastada de seus direitos como cidadãos, grupo religioso e cultural. Com tamanhas ambições, as ferramentas também seriam muitas, e é por isso que esse trabalho se concentra em identificar as linhas que se misturam entre a disputa pela cidade e o respeito à diversidade religiosa como ferramenta de resistência identitária. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de fundamentação teórica de conceitos chaves, como racismo ambiental e direito à cidade. Concluiu-se que a construção da cidade e o apagamento de grupos segregados politicamente, como negros e indígenas, contou com a participação ativa da igreja católica, o que fortaleceu a sua posição de destaque e influência. Dessa forma, o processo de resistência que vem sendo feito pelo MUQUIFU politiza temas da vida cotidiana dos moradores e instaura o poder mobilizador da comunidade, além de afetar camadas do simbólico e sacro dos visitantes e organizadores.

Palavras-chave: muquifu; memória; sacralidade; território.

MUQUIFU: geography of faith and sacredness of the territory in identity resistance

Abstract

The Museu de Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU), located in Belo Horizonte, Minas Gerais, has established its mission around preserving historical sources, promoting narratives of collective memory, challenging the prevailing interpretation of the territory in which it is situated, and serving as a center for the valorization of Black and favela identity. This process arose from the anguish of a population deprived of their rights as citizens, a religious group, and a cultural group. With such ambitions, the tools would also be numerous, and that is why this work focuses on identifying the lines that intertwine between the struggle for the city and respect for religious diversity as a tool for identity resistance. For this, a qualitative research was conducted based on the theoretical foundation of key concepts, such as environmental racism and the right to the city. It concludes that the construction of the city and the exclusion of politically segregated groups, such as Black and Indigenous people, involved the active participation of the Catholic Church, which strengthened its prominent and influential position. Thus, the resistance process undertaken by MUQUIFU politicizes themes of the daily lives of residents and establishes the mobilizing power of the community, in addition to affecting layers of the symbolic and sacred for visitors and organizers.

Keywords: muquifu; memory; sacredness; territory.

MUQUIFU: geografia de la fe y sacralidad del territorio en la resistencia identitaria

Resumen

El Museu de Quilombos e Favelas Urbanas (MUQUIFU), ubicado en Belo Horizonte, Minas Gerais, se ha definido su misión en torno a la recuperación de fuentes históricas, la promoción de narrativas de memoria colectiva, la reivindicación del significado del territorio en el que se inscribe y su función como centro de revalorización de la identidad negra y favelar. Este proceso surgió de la angustia de una población privada de sus derechos como ciudadana, religiosa y cultural. Con tales ambiciones, las herramientas serían numerosas, y por ello este trabajo se centra en identificar las líneas que entrelazan la lucha por la ciudad y el respeto a la diversidad religiosa como herramienta de resistencia identitaria. Para ello, se realizó una investigación cualitativa de fundamentación teórica de conceptos clave, como racismo ambiental y derecho a la ciudad. La investigación concluye que la construcción de la ciudad y la exclusión de grupos políticamente segregados, como las personas negras e indígenas, contó con la participación activa de la Iglesia Católica, lo que fortaleció su posición prominente e influyente. De este modo, el proceso de resistencia emprendido por MUQUIFU politiza temas de la vida cotidiana de los residentes y establece el poder movilizador de la comunidad, además de afectar capas de lo simbólico y lo sagrado para visitantes y organizadores.

Palabras clave: muquifu; memoria; sacralidad; territorio.

INTRODUÇÃO

A partir da construção do museu como um espaço de educação não-formal, busca-se identificar a ação do Museu de Quilombos e Favelas Urbanas - MUQUIFU para além de suas escolhas de acervo e exposição, analisando-o como fio condutor do processo de identificação coletiva da comunidade na qual está localizado: o Aglomerado de Santa Lúcia. A partir do histórico de conexão dos projetos com as pautas de defesa pelo direito à cidade, como na ocupação junto do grupo NegriCidade – que resultou no reconhecimento do Largo do Rosário como patrimônio cultural de Belo Horizonte – e nos festejos da Festa do Rosário, fica evidente que a união da luta pelo território e pela cultura religiosa está presente como forma de resistência identitária.

Durante o processo de estabelecimento de uma nova liderança católica na região, o pároco Mauro Luiz da Silva, designado à comunidade no final da década de 1990, concluiu que existia uma ausência da história dos moradores da região e da formação da favela, e então se dedicou à busca pelos registros oficiais da formação da cidade de Belo Horizonte. A conclusão, que foi fruto de sua pesquisa de doutorado¹, comprovou uma série de apagamentos e exclusões da cultura negra que foram realizados de forma conjunta pela igreja católica e o Estado. A alternativa, portanto, foi resgatar dentro da coletividade e religiosidade local ferramentas para escrever uma narrativa própria. Ao invés de negar a religião, esta serviu como pilar para identificar como foi possível a difusão da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos para as periferias da cidade.

Em seus quase quinze anos de existência, o MUQUIFU segue sendo construído de forma coletiva, com propostas de intervenção e intercâmbio entre museus, servindo de objeto de pesquisa acadêmica e existindo como forma de identificação coletiva de um grupo heterogêneo.

¹ SILVA, Mauro Luiz da. O patrimônio sacro da Arquidiocese de Belo Horizonte e o afro-patrimônio de Belo Horizonte: da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del Rey (1819) à Igreja das Santas Pretas da Vila Estrela (2018). 2021. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

O artigo inicia com uma abordagem histórica da ação da igreja católica nas favelas de Rio de Janeiro e São Paulo, segue para a formação de Belo Horizonte – a primeira cidade planejada do país – e traz o desenvolvimento da abordagem teórica e sua relação com o objeto de pesquisa a partir de dois conceitos-guia: direito à cidade e racismo ambiental. A conclusão suscita o caráter inspirador do MUQUIFU e suas escolhas para a prevalência da coletividade na construção do museu e os impactos que esse movimento de muitas frentes pode gerar na nova história que está sendo escrita.

AÇÕES DA IGREJA CATÓLICA NAS FAVELAS DE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

No ano de 1947 é criada, no Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII, uma organização sem fins lucrativos ligada à igreja católica. Seu foco inicial era trabalhar em prol dos problemas de habitação e desigualdade na esfera urbana da cidade, com foco nas favelas e cortiços. No mesmo ano, na cidade de São Paulo, foi inaugurada a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais, implementada por Louis-Joseph Lebret, um padre francês de grande influência no campo da urbanização (Cestaro, 2015).

A criação da Cruzada São Sebastião no ano de 1955 foi outra ação da igreja católica, desta vez de uma vertente com foco direcionado a ampliar a produção de moradias, infraestrutura e a urbanização. Fundada por Dom Hélder Câmara, forte nome da esquerda católica e conhecido como *pai dos pobres*, a proposta era acabar com cerca de 150 favelas e construir loteamentos populares financiados para os moradores. A iniciativa construiu apenas um conjunto, localizado no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, e foi encerrada em 1957.

O conjunto construído no bairro do Leblon na década de 1950 para reassentar famílias removidas da antiga favela da Praia do Pinto se tornou um dos exemplos mais emblemáticos da Cruzada São Sebastião. Como analisa Brum (2012), esse projeto não apenas reorganizou espacialmente populações pobres, mas também produziu novas formas de estigmatização e controle social, uma vez que a integração dessas populações ao tecido urbano formal ocorria sob forte mediação de agentes religiosos e estatais. Nesse sentido, a Cruzada evidencia como políticas habitacionais estiveram historicamente atravessadas por uma racionalidade moral e religiosa de gestão da pobreza urbana.

Esses processos e políticas fazem parte do contexto da relação de retroalimentação que o governo e a igreja católica mantinham, de forma mais acentuada, no século passado. Por isso, é necessário compreender como o início da estrutura da favela se deu a partir de questões profundas ligadas ao contexto ideológico, político, econômico e religioso da época. Essas dinâmicas evidenciam que a produção das favelas e dos espaços populares no Brasil não podem ser compreendidas apenas como resultado de processos espontâneos de urbanização, mas sim como parte de um arranjo histórico mais amplo entre Estado e igreja católica, no qual práticas de ordenamento territorial, controle social e produção de desigualdades se entrelaçam. É nesse quadro de longa duração que se torna possível analisar como tais lógicas se materializam e se reconfiguram em diferentes contextos urbanos, abrindo caminho para compreender os modos específicos pelos quais o espaço é produzido, disputado e ressignificado em cidades como Belo Horizonte.

ESPAÇOS DE DISPUTA EM BELO HORIZONTE

Criado com a denominação de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rey, por Ordem Régia de 1750, o antigo povoado, habitado primeiramente por um bandeirante no ano de 1701, teve seu crescimento na contramão da decadência da mineração. Após um momento de esvaziamento populacional no século seguinte, teve, em 1890, a mudança de nome para Belo Horizonte. A partir das discussões para a transferência da capital do estado de Minas Gerais – que até o momento era Ouro Preto –, consolidou-se o interesse de que a primeira cidade planejada do país emergisse. Tendo sua concepção liderada por um comitê de estudiosos e com o grande nome do engenheiro Aarão Reis, eles estavam dispostos a escrever um novo capítulo na história da urbanização brasileira (Fernandes, 2021). Assim, em 12 de dezembro de 1897 é inaugurada a cidade de Belo Horizonte, ainda em construção, com inspiração francesa, discurso higienista e muitas ambições políticas.

Já em seu primeiro ato, o território escolhido para ser a sede do governo era o ponto mais alto da cidade, o Alto da Boa Vista do Curral Del Rey, onde havia apenas uma casa e morava Dona Maria, uma senhora negra que teve seu despejo decretado pelo governo. Pelo simbolismo do discurso ideológico por trás das ações políticas desde a fundação da cidade, a memória dessa senhora se consagrou no imaginário da população que busca reivindicar a luta pelo espaço urbano. Maria Papuda, como é reconhecida, é um marco histórico do apagamento da população negra no contexto de políticas territoriais em Belo Horizonte.

O processo de construção da memória coletiva, imposto pela carência, representa uma tentativa de reprodução do passado compartilhado. A primeira característica desse processo é a comprovação da ausência, resultando no ímpeto necessário para que o coletivo se organize e procure ferramentas para a construção em grupo. E, a partir dessa lógica, uma identidade coletiva se fortalece. Para Brum (2012), a experiência compartilhada em processos de remoções consegue definir uma linha de enfrentamento: narrar a própria história.

Buscando negar a narrativa de uma cidade planejada, limpa e saudável, temos o trabalho de resgate da memória das pessoas e grupos que sofreram despejos, impedimentos e cerceamentos. Diferente da construção das capitais vizinhas, em especial Rio de Janeiro e São Paulo, a história da capital mineira instaura caminhos específicos, visto que o intuito do silenciamento se formulava a partir do ideal principal da cidade: a defesa de que ali emergia algo novo, capaz de negar a história dessas pessoas que ali existiam anteriormente. O apagamento de povos que não constam nem mesmo nos documentos oficiais exibe a configuração de extermínio de grupos indígenas e negros na construção do país, seja por vias práticas, com expulsões e assassinatos, ou de forma simbólica, como na ausência de registros.

O desenho da cidade de Belo Horizonte se configurava a partir de ruas largas, centralidade para as estruturas de governo e no paisagismo de inspiração francesa, tudo isso cercado por uma importante avenida: a Avenida do Contorno. Essa demarcação do território implicava em uma espécie de *cordão de isolamento* que garantiria a *limpeza* da cidade-modelo em face aos cidadãos indesejados. Pessoas majoritariamente pretas e pobres foram obrigadas a abandonar suas casas para a construção da nova cidade e os que chegavam, movidos pelo desejo de melhores ofertas de emprego e renda, eram forçados a habitar essa nova periferia que nasce circundando o planejamento estatal (Silva; Lima, 2023).

A Comissão Construtora da Nova Capital traçou a Avenida do Contorno para separar a Zona Urbana da Zona Suburbana. A Zona Urbana era destinada aos profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos, que tinham ali acesso às estruturas de

água, esgoto, calçamento, arborização e recolhimento de lixo. A Zona Suburbana, com estrutura precária, era destinada às pessoas pobres – a maior parte delas, pessoas negras. A Avenida do Contorno é, assim, uma muralha invisível, que circunscreve um território interdito às populações negras da capital (Silva; Lima, 2023, p.3).

A nova cidade, que nasce cheia de promessas e ambições, vai se firmando, assim como outros exemplos no Brasil e no mundo, como um local de ausências, marcada pela inexistência de uma inclusão real de toda a sociedade e pelo desrespeito ao meio ambiente e aos animais. Motivado a resgatar a memória e os fatos históricos que comprovassem essa desigualdade, padre Mauro Luiz da Silva concluiu sua tese de doutorado sobre as políticas patrimoniais articuladas no Brasil e a relação entre a Igreja, Estado e os Reinos Negros, na perspectiva da construção das políticas nacionais de patrimônio, da cultura afro-brasileira e do afro-patrimônio. O autor teve a Igreja Nossa Senhora do Rosário (1819 – 1897) como seu objeto. Pertencente à Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, era localizada entre as ruas Timbiras e Bahia e teve sua demolição decretada para a construção da nova cidade e, também, da Arquidiocese de Belo Horizonte no ano de 1921.

Com uma profunda relação de interligação, a igreja católica e o Estado se articularam em projetos e políticas públicas que corroborassem o interesse de ambos. A partir da figura do Bispo Antônio dos Santos Cabral, a Festa do Rosário foi proibida em 1927, essa que era a manifestação cultural e sacra da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, marcada por muita música, procissão pelas ruas e de forte inspiração no congado africano. Com a junção das duas ações – a demolição da Igreja Nossa Senhora do Rosário e a proibição da Festa do Rosário – o grupo social católico e negro passa a ser impedido de professar sua fé em seu território e, assim, se vê obrigado a se dispersar pela periferia da nova cidade, o que se soma ao processo de exclusão urbana em curso (Silva, Lima, 2023).

Em Brum (2012) temos a argumentação que tais processos de remoções nas favelas produzem uma espécie de hierarquização de grupos. Ao serem impedidos de permanecer na região, o escopo possível para a identidade coletiva se concentra nas violências sofridas. Assim, o território se transforma em agente primordial para o grupo. A expulsão para áreas afastadas, a inexistência de documentação histórica e a falta de políticas de habitação posterior, como no caso da cidade de Belo Horizonte, escancaram os interesses políticos que vão mover as políticas públicas de urbanização.

Em 2018, o grupo NegriCidade nasce com a função de documentar e resgatar territórios silenciados na história oficial da cidade e do estado. O seu primeiro foco foi no Largo do Rosário, que existiu onde hoje é o hipercentro de Belo Horizonte. Ali, ficava a Capela do Rosário dos Homens Pretos, além de um cemitério com 60 sepulturas. As edificações ligadas à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos foram demolidas e o cemitério soterrado. Através de uma ocupação, que reuniu lideranças católicas, de religiões de matrizes africanas e movimentos sociais, a luta por justiça social teve a vitória e, no ano de 2022, o lugar foi reconhecido como patrimônio cultural da cidade de Belo Horizonte.

A união da religiosidade com o território é descrita em muitos outros espaços e crenças. A relevância cultural que o espaço tem para um grupo ou até mesmo mais de um grupo pode ser compartilhado ou disputado. O jogo de interesse exposto na história pode nos levar a uma narrativa única, sem ressalvas, que silencia grupos sociais. Ir em busca de outros olhares auxilia o movimento de pluralidade histórica.

O DIREITO À CIDADE

A definição de favela e periferia é sempre palco de disputa nos estudos e análises sociais. As muitas interpretações e usos cabem para englobar muitas formas de organizações em um nicho único e, como é de se esperar, essas tentativas não conseguem abarcar todas as subjetividades e contextos.

Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo 'êxodo rural'. Nem por isso o processo deixou de ser orientado por uma estratégia (Lefebvre, 2001, p. 24).

Esses espaços, outrora apêndices da cidade, precisam lidar com a mudança repentina de se verem obrigados a suprir todas as necessidades de grandes grupos de pessoas que são direcionadas para lá e com o novo referencial que se cria a partir dessa iniciativa: lugar de chegada e saída constantes. O direito à cidade, conceito formado por Henri Lefebvre, ultrapassa os limites da moradia.

Cientes disso, o conceito de periferia é utilizado conforme abordagem definida pelas autoras Bonduki e Rolnik (1979), como as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial. Essa defesa tem como intuito juntar duas características das áreas periféricas, mas que, ao serem utilizadas sozinhas indiscriminadamente, acabam produzindo erros. A primeira característica, de âmbito geográfico, define a periferia como habitações que estão afastadas do centro de decisão, de consumo e de poder (locais geralmente próximos, senão o mesmo). A segunda, de viés sociológico, utiliza as novas formas de moradia como parâmetro, que possuem péssimas condições de habitação. Assim, o conceito de periferia pode ser utilizado no cenário brasileiro, mesmo que este contenha suas particularidades. A união das características espaciais e sociológicas permitem a compreensão do espaço de disputa no planejamento urbano.

O poder das classes dominantes não ocupa apenas o campo econômico. Além de dispor da oferta ou não de emprego e investimentos, essas classes ditam quais as ideologias ou performance de cidade elas querem habitar. O urbanismo como ideologia de Lefebvre (2001), definidor de espaços limpos e sãos, condena o pobre e a pobreza, remove e exclui da cidade os considerados indignos dela.

O quarto de despejo, elucidado por Carolina Maria de Jesus (2019) em sua célebre obra literária, seria a favela, caso a cidade fosse uma casa. O não pertencimento aos espaços de habitação da casa, o lugar delimitado para a sobrevivência e a permanência com tudo que fosse indesejado, despejado. Além de homogeneizar vidas e histórias, desejos e sonhos, essas políticas de remoções e despejos se assemelham às estratégias amplamente utilizadas no período da escravização de pessoas.

RACISMO AMBIENTAL

Nascimento (2016) traça a questão central do conceito de racismo ambiental, que tem ganhado força na análise também das grandes cidades, e aponta que a análise da desigualdade com enfoque unicamente no viés de classe seria mais uma tática racista e fundada no mito da democracia racial. A partir dessa análise insatisfatória pobres brancos, pobres miscigenados e pobres negros estariam reféns do mesmo processo de marginalização espacial. Porém, analisando a questão

demográfica, veremos a prevalência do povo negro e mestiço nas favelas e periferias. O processo de marginalização de espaços ou a prática de invisibilizá-los foi justamente pensada para os corpos negros. Esse direcionamento de espaços e modos de vida são artimanhas discursivas e de planejamento político para que a estrutura da sociedade não mudasse, apesar do forçado fim da escravidão. Conforme os estudos da historiadora e antropóloga Lília Schwarcz (2012), a característica escravocrata do brasileiro é a de narrar com saudosismo esses tempos tão perversos da humanidade, tratando-o como um *mal necessário*, sempre em comparação com o sistema escravagista dos Estados Unidos da América. E, pela mesma linha de pensamento, compreender o racismo da sociedade brasileira como leve e até mesmo inexistente.

Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas. (Schwarcz, 2012, p.34).

Frente a essas dinâmicas, o conceito que vem se solidificando nos estudos ambientais é o de racismo ambiental, que foi originado pelo reverendo Benjamin Chavis, ao analisar o caso da comunidade de Warren County, local onde foi instalado um depósito de rejeitos tóxicos. Seus moradores, majoritariamente negros, se revoltaram com a desigualdade em relação à exposição de poluição a que foram submetidos e a questão racial não pôde ser negada. No contexto brasileiro, após o primeiro colóquio internacional sobre justiça ambiental, trabalho e cidadania (no ano de 2001, no Rio de Janeiro), foi acertado que o conceito de racismo ambiental cabia na dinâmica brasileira. Já em 2004, Bullard defende a existência do apartheid residencial e utiliza as favelas do Brasil como exemplo dessas práticas de separação de raças e de desenvolvimento do urbanismo.

Apesar da história ambiental e da justiça ambiental terem maior campo fora da cidade, focando nas lutas em defesa dos povos originários e quilombolas, nas demarcações de terras e na reforma agrária, o contexto do racismo ambiental na cidade toma forma na luta por moradia, no combate ao genocídio do povo negro e na tomada de voz dos moradores de favelas e periferias. As marcas da escravidão ainda pulsam nas peles negras e a cidade é um campo em disputa.

A premissa de racializar grupos de pessoas parte da necessidade de definir seus modos, consumos, traços, cor da pele, hábitos e muitas outras nuances que formam sua cultura como expressões com valor inferior. Mesmo quando o alcance do sucesso é permitido e incentivado pelas camadas dominantes, eles, na verdade, utilizam de narrativas racistas para o consumo dessas artes e quando da definição que darão aos seus autores. “Não é possível inferiorizar homens sem logicamente os inferiorizar de um lado a outro. E o racismo não é mais do que a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta inferiorização” (Fanon, 1980 p. 44).

A explicação de Frantz Fanon para essas estratégias de inferiorização e espetacularização de pessoas negras completa o argumento de que o racismo brasileiro não escapa às outras formas de racismo pelo mundo afora. Trata-se de uma estrutura bem formulada, que abarca muitas nuances dos indivíduos postos em situação de menor valor, marcados pela cor da pele, expressões culturais e poder econômico, para servirem a uma suposta elite.

A tática colonizadora é muito bem planejada para abarcar todas as esferas da vida pública e privada dos grupos oprimidos. Não pode haver brechas que permitam o escape dessa estrutura, por isso, o racismo é fator primordial. É indissociável do capitalismo o modo de exploração colonialista e de escravidão, que nega outras formas de organização que possam existir. Essa configuração implica diretamente na repressão de etnias e povos. O exercício de resistência em

produzir sua própria cultura, resgatar valores outrora reprimidos, criminalizados e subjugados se enquadra numa forma de luta contra a cultura hegemônica, que significa lutar contra o preconceito racial, de classe e ambiental. Os espaços dessas novas formas de produção cultural se assemelham aos espaços que esses grupos ocupam na sociedade: as periferias, as margens. Como defende Clóvis Moura (1988) “Em toda nossa história social vemos o negro se organizando, procurando um reencontro com suas origens étnicas ou lutando, através dessas organizações, para não ser destruído social, cultural e biologicamente” (Moura, 1988, p. 143).

MUSEU DOS QUILOMBOS E FAVELAS URBANOS

O Museu de Quilombos e Favelas Urbanos foi criado em 2012, em Belo Horizonte, no Aglomerado Santa Lúcia. Entretanto, o primeiro passo para a gênese dessa organização ocorreu em agosto de 2000, em uma reunião de um grupo de mulheres da comunidade com a direção da igreja católica da região. O objetivo do encontro era tratar sobre a preparação das festividades para o dia de Nossa Senhora Aparecida, que seria realizada no dia 12 de outubro de 2000. O intuito da igreja era que a comemoração contasse com os festejos típicos, com procissões, barracas de vendas e realização da missa, porém a equipe da igreja teve como resposta a negativa por parte das mulheres, que argumentaram pela impossibilidade de ter festa em um contexto de tamanha violência. O momento era de pavor no Aglomerado de Santa Lucia em função da repressão policial e então uma *caminhada pela paz* consagrou as festividades do feriado católico.

Essa mobilização foi um marco para a relação da comunidade com apoio da igreja católica. Mesmo que nos meses seguintes a força policial tenha atuado de maneira ainda mais violenta, o fator mobilizador havia entrado como possibilidade de ação da população. Localizada do lado de fora da circunscrição da Avenida do Contorno, na Zona Suburbana, a favela Aglomerado de Santa Lucia se consolidou com dinâmicas emergentes da disputa territorial e

[...] a inquietação de um grupo de moradoras e moradores, que, por volta de 2005, se perguntavam sobre a história do lugar. Indagando sobre isso nos arquivos, bibliotecas e museus, se depararam com o fato de que nossa história não tinha lugar na história da cidade: encontraram lacunas e pouquíssimos registros (fontes) sobre nós disponíveis. Tais registros, quando existentes, retratavam as favelas (inclusive as do Aglomerado Santa Lúcia) apenas a partir dos estereótipos negativos – como o da violência estampada nos jornais das décadas de 1990 e 2000 (Caderno Educativo Muquifu, 2023, p.6).

Em um momento posterior, de luta para que um processo de despejo não fosse concretizado, os moradores suscitaram o desejo de um espaço físico que preservasse e contasse a sua história. Com apoio de moradores, estudantes do ensino superior e membros da igreja católica, surgiu a ideia de um museu comunitário. Desde então, o processo de curadoria e o educativo se preocupam em fortalecer o laço de identificação da comunidade do Aglomerado de Santa Lucia com o espaço museal, e, por isso, fazem diversos processos de escuta ativa dos moradores.

Em uma visita técnica ao Museu Mineiro, a equipe responsável pelo MUQUIFU definiu um pilar fundamental de seu trabalho: falar da história dos negros não é falar sobre a escravização. A partir desse referencial, a narrativa do educativo se tornou de valorização da diversidade e reparação de temáticas nunca valorizadas na história oficial. “Ainda que a denúncia aos horrores da escravidão seja muito necessária, nos incomoda que a alusão ao negro, nos acervos, seja via de regra a partir dos objetos de tortura por meio dos quais a escravização se impôs. Exibir esses objetos é revitimizar a população afrodescendente” (Silva, Lima, 2023, p.5).

Dentre as diversas propostas curatoriais do MUQUIFU, a exposição de longa duração *Uma rainha na favela*, inaugurada em 2017, é uma homenagem às rainhas negras das guardas de Congado, moradoras das vilas e favelas. Dentre elas destaca-se Dona Maria Marta da Silva Martins, que por vários anos fez parte da Guarda de Marujos de Nossa Senhora do Rosário e São Cosme e São Damião no Morro do Papagaio, onde foi coroada Rainha Perpétua de Santa Efigênia, juntamente com seu esposo, já falecido, Sr. Expedito Rei Congo de São Benedito. Na intenção de simbolizar a força dessa mulher, que é também empregada doméstica e está no mesmo tempo presente que os visitantes, o posto de rainha evoca a possibilidade de destaque em vida para figuras de liderança na favela. Ao redor, estão objetos de dois grupos do Congado: *Treze de Maio* e *Guarda de Congo da Vila Estrela*.

Figura 1 - Exposição "Uma Rainha na Favela"



Fonte: Acervo MUQUIFU

Conforme resgatado no caderno educativo do museu, a preocupação com a presença negra na cidade, na identidade valorizada e na contação da própria história é mais do que um processo de curadoria, é um viés fundador da missão e valores do espaço. A mescla do congado, do catolicismo e da música, denota a pluralidade de vivências, espaços de trocas e maneiras de expressar a fé e a resistência.

No Muquifu as fronteiras entre o sagrado e o laico não estão delimitadas. Os visitantes entram no museu pela Capela das Santas Pretas, onde foram pintados afrescos que contam a história da comunidade, intercambiados com narrativas bíblicas e onde está uma coleção de objetos litúrgicos. O espaço laico do museu é acionado por outra porta, na qual estão as exposições de objetos doados pela comunidade. No segundo andar, novamente, os visitantes chegam a um esquema de fruição em nichos expositivos, em que a fé e tradição religiosa estão representadas e podem ver a Caixa próxima ao altar, colocada sem qualquer suporte expositivo (Braga; Silva, 2020, p.222).

A caixa referida na citação é o instrumento musical utilizada no congado e a disposição das peças denota outro fator relevante: a preocupação com a proximidade. São nesses espaços não-

formais de educação que existe maior liberdade para diferentes abordagens. Os museus e suas amplas definições irão atuar a partir das análises de público e alcance que se propõem a atingir. Diferente de espaços museais em que os objetos são expostos de forma isolada e delimitada, a reunião em uma espécie de culto, inclusive com um altar, não trata a religiosidade como algo distante. Não há o distanciamento neutro, o processo curatorial mergulha na coletividade dos moradores quando suscita a participação popular na construção do acervo.

Foi assim, também, o processo da exposição gráfica realizada na Capela das Santas Pretas, com uma produção que durou cerca de três anos. A história, escrita por muitas mãos, associa acontecimentos religiosos de Nossa Senhora, narrada pela igreja católica, com experiências vividas pelas mulheres negras da comunidade, além da escolha pelas cores vivas, com representação de pessoas negras e da favela.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou reunir conceitos-chaves que fossem capazes de atingir os pontos de problemáticas levantadas pelo Museu de Quilombos e Favelas Urbanas. Perto de completar quinze anos de existência, o MUQUIFU se une a outros processos de resistência cultural em curso. Com a conquista do reconhecimento do Largo do Rosário como patrimônio cultural de Belo Horizonte, novas demandas surgem nessa área e denotam como o trabalho coletivo e popular é uma via possível e eficaz de atuação para os grupos desfavorecidos politicamente.

Em um estudo sobre o candomblé na cidade de São Paulo, Silva (2008) argumenta que o processo de industrialização e urbanização brasileira teve suas características próprias em cada cidade, porém, é de comum acordo a expulsão dos centros urbanos para as religiosidades de origem negra, mesmo que o candomblé paulista tenha sua maioria branca. Para o autor, o reconhecimento dos pontos importantes na cidade para a profissão da fé são até mesmo mais importantes do que o ritual. A vida na cidade e as mudanças da rotina exigem novos mecanismos para o exercício de culturas e religiões próprias do terreiro, mais centradas na vida coletiva e mais conectadas à natureza. Porém, os seres humanos possuem a característica própria da adaptação e novas práticas, novos cultos, mesclas ou ressignificações não são problemas dentro desse contexto. Adaptar a sacralidade ao contexto da cidade é fator próprio do contexto em que estão inseridas.

A relevância do MUQUIFU para a resistência cultural dos moradores do Aglomerado de Santa Lucia e da memória da Festa do Rosário na cidade de Belo Horizonte representam a necessidade de espaços não-formais de educação. O formato coletivo de sua fundação e permanência serve de inspiração para a reflexão acerca dos caminhos que se espera para um novo horizonte de cidade, direitos e comunidade.

Essa pesquisa conta com limitações referentes ao espaço disponível para aprofundamento analítico e espera-se que outras abordagens, especialmente em nível de mestrado e doutorado, possam ampliar e aprofundar as questões aqui levantadas. Recomenda-se, ainda, a adoção de metodologias de campo, como realização de entrevistas, análise dos programas curatoriais e exposições. Abordagens com viés interdisciplinar, articulando contribuições da sociologia, museologia, história e educação poderão contribuir para uma compreensão mais ampla das dinâmicas culturais, políticas e sociais envolvidas no objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

- BRUM, Mario. *Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BONDUKI, Nabil Georges; ROLNIK, Raquel. *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: FAU-USP / Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.
- CADERNO EDUCATIVO MUQUIFU. MUQUIFU: histórias para imaginar e fabular. 2023. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/746239181/Caderno-Educativo-01>. Acesso em: 31 mar. 2026.
- CESTARO, Lucas Ricardo. *A atuação de Lebrez e da SAGMACS no Brasil (1947 – 1964) ideias, planos e contribuições*. 2015. 464f. Tese, doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2015.
- FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.
- FERNANDES, Patrícia Capanema Alvares. *A fundação de Belo Horizonte: ordem, progresso e higiene, mas não para todos*. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 1061–1084, set/dez, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5210.e>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/51217>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. 10ª Edição. São Paulo: Ática, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MENDES BRAGA, Jezulino Lucio; DA SILVA, Mauro Luiz. *Performance e sacralidade nas exposições do MUQUIFU*. Museologia & Interdisciplinaridade, Brasília, v. 9, n. 18, p. 209–223, nov/2020.
- MOURA, Clóvis. *A sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SILVA, Mauro Luiz da. *O patrimônio sacro da Arquidiocese de Belo Horizonte e o afro-patrimônio de Belo Horizonte: da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del Rey (1819) à Igreja das Santas Pretas da Vila Estrela (2018)*. 2021. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- SILVA, Mauro Luiz da. *NegriCidade e Afro-Patrimônio: do Curral Del Rey a Belo Horizonte. Do Largo do Rosário para as favelas, a construção de uma cidade segregada*. Caderno ATempo: Histórias em Arte e Design, Belo Horizonte, v.5, p. 194-249, 2021.
- SILVA, Mauro Luiz Da; LIMA, Rafaela Pereira. *MUQUIFU e NegriCidade: táticas dos povos pretos para que culturas soterradas possam emergir na cena pública*. XVII Congresso Abrapcorp, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2023.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *As esquinas sagradas: o candomblé e o uso religioso da cidade*. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lillian de Lucca (org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 88-123.

*Submetido em abril de 2026
Aprovado em maio de 2026*

Informações das autoras

Maria Alice Arrais Pereira
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: arraismaria16@gmail.com
ORCID: [0000-0001-5780-4905](https://orcid.org/0000-0001-5780-4905)
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6692156556344536>

Fabricio Ziviani
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: fazist@hotmail.com
ORCID: [0000-0002-2705-846X](https://orcid.org/0000-0002-2705-846X)
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1283869098677703>